PODER NACIONAL: ALGUNS DE SEUS COMPONENTES

MANUEL H. A. DE MORAES

Para determinada ordem de estudos, já se estabeleceu entendimento pacífico sobre o conceito de poder nacional. Segundo esse conceito, "poder nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes". O autor do presente artigo fixa alguns dos componentes do poder nacional, atribuindo justa primazia a fatores de ordem moral.

TORNA-SE desnecessário demonstrar que a educação e a cultura são fatores de irrecusável importância no fortalecimento dos vínculos de coesão nacional. Por isso mesmo, contribuem com a maior ênfase para o acúmulo de poder de qualquer nação.

Seria ocioso estabelecer conceitos diferenciadores de ambos os termos. Eles se definem por si mesmos. Todavia, vale lembrar a amplitude alcançada, em nosso tempo, pelo significado do termo cultura e, também, a variedade dos sentidos que se lhe atribuem.

Dentro dessa acepção geral, passou a palavra a incluir, no seu significado, como diz FERNANDO AZEVEDO (*A Cultura Brasileira* — Cia. Editora Nacional — 1944), ao re-

ferir-se ao conceito de cultura, do ponto-de-vista antropológico," . . . tanto os produtos imateriais do espírito, como os hábitos de vida, os utensílios, aparelhos e instrumentos". É o nome que se convencionou adequado para tôdas as realizações próprias dos grupos humanos, compreendendo além de particularidades — como a linguagem, a arte, a ciência, o govêrno, a moral, a religião — também as realizações materiais ou instrumentais resultantes da elaboração mental, da capacidade inventiva ou da imaginação do homem.

Abarca, pois, tudo quanto é apreendido e se transmite por meio da comunicação entre os homens — as tradições, os costumes, as instituições. Caracteriza e confere fisionomia própria às sociedades humanas e tem, como tal, importância considerável como conceito sociológico. Dêsse modo, o vocábulo *cultura* veio a significar tôdas as realizações materiais e imateriais de um agrupamento humano, independentemente do seu nível de evolução social. Entretanto, essa moderna e já tão arraigada concepção ou entendimento do termo cultura em nada prejudica a sua compreensão como componente do poder nacional. De fato, são evidentes as implicações, no caso, das realidades representadas através da cultura.

O mesmo ocorre com a educação que, dentro dêsse entendimento, pode ser considerada como um aspecto da cultura, ou, talvez com maior propriedade, como uma das manifestações da cultura.

Num sentido específico, e naturalmente muito mais restrito, a aquisição da cultura se faz pela educação — e melhor seria dizer a transmissão da cultura. Interessa-nos de mais perto, porém, estabelecer a relação entre o poder nacional e as diferentes formas de educação dominantes em nosso tempo, de acôrdo com as concepções que prevalecem nos sistemas de govêrno totalitário ou liberal-democrático.

Temos, de um lado, a educação dirigida e exclusivamente orientada segundo as conveniências e interêsses do Estado; e, de outro lado, a educação baseada no princípio da autodeterminação individual. A questão de saber qual

das duas melhor corresponde a um acréscimo real de poder é das mais apaixonantes.

Aí estão os polos em que se extrema, digamos assim, o mundo contemporâneo. Num dêles, prevalece a corrida pelo domínio dos meios técnicos, no sentido estritamente material da expressão. No outro, as considerações de ordem moral e espiritual se fazem sentir, influenciando ainda fortemente na livre escolha das atividades, das profissões.

Os recentes sucessos russos no concernente à exploração do espaço sideral poderiam levar-nos ao encontro de uma resposta à equação que acabamos de estabelecer. Essa resposta, entretanto, parece prematura. É isto porque um dos termos do nosso problema, e somente um, é que tem sido objeto de maiores preocupações. Quando se fala nos êxitos de caráter nitidamente mecanicista dessa corrida tão perigosa para os destinos da humanidade, tem-se a impressão de haver um esquecimento daquelas conquistas do plano espiritual alcançadas pelo homem, fruto de milênios de meditação e aperfeiçoamento moral.

O poder nacional não há de exprimir-se apenas por força de sua capacidade de domínio puramente material sobre os elementos da natureza bruta. Sem dúvida, essa capacidade se afirma como resultante de um esforço da inteligência, isto é, ao apêlo de um nobre atributo humano. Mas, se tal capacidade se manifesta cegamente em busca do mero domínio físico dos demais agrupamentos humanos, quem ousará negar não esteja aí o germe de destruição e perecimento desse tipo de poder?

A propósito, convém atentar para a majestade da Igreja, no curso dos dois mil anos de Cristianismo. Ela atravessa os tempos, iluminando-os, sofrendo embora as vicissitudes impostas por vontades inspiradas na força bruta, mas efêmera, dos dominadores de um momento.

É claro que a circunstância de estar a Rússia, por exemplo, conforme as informações disponíveis, formando maior número de engenheiros do que os Estados Unidos, pode gerar preocupações. Mas, pondo de lado mesmo a qualidade dos técnicos formados na Rússia e nos Estados Unidos, quanto à sua verdadeira capacidade, mais importaria saber

até que ponto um engenheiro — e aqui podemos aludir a um engenheiro como, em extensão, a qualquer outra categoria profissional — russo ou americano, valeria dizer mais claramente: comunista ou democrata, age convictamente, conscientemente, em relação ao sistema de vida que lhe é proposto.

São estas algumas indagações que cumpre formular, antes da fixação de juízos de valor a respeito da verdadeira força do poder nacional, num caso e noutro.

Os fatos mostram que as ditaduras, os totalitarismos de qualquer sentido, têm existência comparativamente breve, não resistem à prova do tempo, ao confronto com outros sistemas e concepções de vida. Os fatores de desgaste estão em seu próprio organismo, nas contradições engendradas, e talvez em escala maior nos sentimentos e aspirações das coletividades sujeitas a restrições de toda natureza.

Viu-se bem isto quando do desmoronamento do fascismo italiano. E acredito que ninguém afirmará com segurança que a Alemanha nazista não se tenha desmoronado muito antes do contato de tropas russas e aliadas do Ocidente na linha do Elba. Poder-se-á objetar que tais desmoronamentos decorrem de derrotas militares. Mas, quem poderá afirmar que perdurariam por muito tempo ainda êsses regimes, mesmo sem essas derrotas?

O mundo de nossos dias é um mundo cada vez menor. Tornam-se progressivamente mais fáceis e rápidas as comunicações, e por mais que se empenhem as nações em erguer barreiras de isolacionismo serão vãs as tentativas de viver em compartimentos estanques. Falam os geógrafos no encurtamento do mundo, e é bem fácil entender o sentido da expressão.

Se, outrora, os regimes de força sucumbiam mais cedo ou mais tarde, tudo indica que hoje, com a rapidez crescente e, em muitos casos, a quase instantaneidade das comunicações, estarão êles fadados, quando não ao desaparecimento completo, pelo menos a se transformarem, adquirindo outras formas menos agressivas e que possibilitam convivência harmônica e pacífica no concêrto mundial.

Em ambas as concepções de vida, porém, a totalitária e a democrática, há nuances, aspectos, diretivas particulares ou especiais que representam sempre fatores de acúmulo ou não de poder nacional. Será o caso, pois, de discernir com o mínimo de êrro, ou de equívocos, muito comuns nesse terreno, a dosagem de especialização puramente técnica, ou a sua combinação com os elementos integrantes de uma educação mais voltada para o humanismo, uma formação do tipo clássico.

Educação para o desenvolvimento, eis um novo princípio, quase um *slogan*, consubstanciado numa expressão que em si mesma já trai certo antagonismo a diretivas de cunho humanista. Tudo está, porém, em obter o sábio equilíbrio entre conveniências múltiplas, que, sejam quais forem, não poderão deixar de incluir o cultivo das disciplinas de valorização da vida interior e que dão ao homem a consciência de sua dignidade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Dentro dessa variedade de rumos, há que firmar uma distinção fundamental: aquela que reveste a forma de educação profissional, num plano, e, noutro, a da educação moral e cívica, na qual se acha implícita, se quiserem, a formação religiosa. Embora colocados separadamente, êsses planos se interpenetram, na prática.

No mesmo caso estará a educação como formação de uma consciência coletiva. Ao primeiro contato do educando com a escola, numa idade em que os ensinamentos recebidos, sobretudo na ordem moral, vão fixar-se de maneira tão impressiva a ponto de se converterem em reflexos pela vida afora, tem início um processo educacional do qual se exige, antes de mais nada, uma precisa definição ideológica. Não sendo assim, ficará abalado o sistema de princípios morais e cívicos, em que se alicerça a formação do educando. O campo estará aberto a deformações de tóda natureza no espírito do pequeno aluno.

Temos a experiência disso em nós mesmos. O que somos, hoje, como adultos, na idade madura, o que repre-

sentamos espiritualmente no mais profundo do ser, vem em grande parte dêsses estágios distantes da vida.

Poderemos situar a educação profissional numa esfera à parte, pois que ela se segue a um preparo geral, breve ou não, elementar ou não, mas de qualquer modo uma base propedêutica. Ainda assim, isto é, não obstante o caráter específico da educação profissional, afiguram-se inseparáveis dela os fundamentos de disciplina moral e de ética que lhe imprimirão determinado sentido de compreensão da vida.

O poder nacional tem cimentada a sua fôrça, a coesão dos elementos que o integram, na medida em que êsses princípios e bases se mostrem adequados à consecução dos objetivos nacionais.

A idéia da formação de uma consciência coletiva, através da educação, deve conduzir-nos inevitavelmente ao dirigismo na esfera educacional? Se a grave tarefa de moldar o espírito juvenil é estrita e absorventemente ditada pelo Estado, teremos aí o modelo adotado pelos totalitarismos. Mas, essa consciência coletiva pode ser orientada numa direção de livre e honesta crítica, e teremos, então, o preva- lecimento do espírito democrático. O essencial estará numa educação que obedeça a uma linha filosófica bem definida, perfeitamente clara em sua coerência.

Contudo, no que se entende com o poder nacional, parece difícil ajuizar em favor dos sistemas democrático ou totalitário. Na aparência, o completo domínio ou contrôle da vontade coletiva, próprio dos totalitarismos, dará a êstes maior soma de Poder. Na aparência, insistimos em dizer, pois a experiência histórica tem desfeito a ilusão dos chamados governos fortes nesse particular.

CULTURA POLÍTICA

Estas mesmas considerações nos levam a um campo não muito bem caracterizado, mas que, por isso mesmo, deve ser objeto de atenção, dentre os componentes do poder nacional. Êsse campo é o da cultura política, ou melhor dizendo, daquilo que, à falta de melhor denominação, chamaremos aqui de cultura política.

Com efeito, que é cultura política, de que maneira poderemos definir cultura política? A expressão é usada pelo Professor HERMES LIMA (*Idéias e Figuras*, ed. do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura). Não nos oferecendo embora uma definição precisa a respeito, destaca êle os dois aspectos que se distinguem na expressão.

No primeiro dêsses aspectos, vê "... o conjunto de conhecimentos, estudos e interpretações sôbre as origens, razões e funcionamento das instituições políticas". No segundo aspecto, coloca o que chama de *credenda* e *miranda* do poder, mas poder, já aqui, numa concepção diversa daquela de que nos ocupamos. Êsse poder da *credenda* e da *miranda* é o poder do Estado, aquêle que se identifica com a faculdade de agir inerente ao Estado.

"Denomina-se *credenda* do poder" — escreve êle — "o conjunto de razões, sentimentos e crenças que, racionalizados em doutrinas, teorias e princípios, conduzem-nos a dar nosso assentimento ao poder e a preferir uma de suas formas como a melhor".

De outra parte, a *miranda* do poder reúne os símbolos, formas e objetos utilizados para consagrar e popularizar o poder. São os monumentos, as festas cívicas, dias comemorativos, hinos, bandeiras, uniformes, legendas, paradas, etc. Inclui todo um cerimonial complicado, visando a admiração, o respeito, a lealdade.

Após êsse entendimento de cultura política, conclui o Professor HERMES LIMA que ela opera em dois sentidos fundamentais: justificando o poder, num caso, e noutro aumentando a inteligência do poder.

Ainda é do mesmo autor o conceito de que "o Estado não tem liberdade de escolher a cultura política que lhe parecer mais perfeita, porque o Estado é aquilo que as condições materiais objetivas e as forças sociais produtivas dominantes permitem que êle seja".

Êsse enunciado nos ajuda a avaliar a importância das condições intellectuais e morais, no meio social, em face do poder nacional.

Neste particular, o que se afigura de interêsse como fator de fortalecimento do poder nacional é a homogeneidade, a harmonia dessas condições no seio do agrupamento humano considerado. Em outras palavras, a ausência de fundos contrastes educacionais.

Há exemplos de nações em que a um pequeno grupo de letrados, formando uma elite intelectual destacada, corresponde a massa de analfabetos alarmantemente numerosa. Essa deficiência tem de refletir-se desastrosamente na aferição do poder nacional.

A ocorrência de anomalias dessa ordem pode variar de região a região quando se trata de países de grande extensão territorial e conseqüente diversificação econômica e mesmo cultural em determinados sentidos. Tanto mais agudos são êsses contrastes, mais frágil se apresenta o poder nacional.

A variedade e desnível nesse setor da vida de qualquer nação acarretam desequilíbrios perigosos, desencontros e desentendimentos de tôda natureza entre elites e massas. É a coesão, a unidade de sentimentos e aspirações nacionais que se vê atingida, daí podendo resultar fragmentações e movimentos separatistas, quando os desníveis se verificam entre regiões diferentes.

O exemplo do Brasil parece-nos altamente expressivo. Temos ainda, infelizmente, alta percentagem de analfabetos. Sòmente isso representa uma grande debilidade na composição do poder nacional. Essa percentagem, porém, varia enormemente de região a região, de Estado a Estado. E mais: varia também, e em escala assustadora, entre o meio urbano e o meio rural. Os efeitos da ignorância refletem-se nos demais planos da vida e aí temos um tremendo *handicap* negativo. Se quisermos exemplificar ainda mais, poderemos mencionar o que se passa a respeito nos outros países da América Latina, bem como, em geral, nos países chamados subdesenvolvidos.

Tem a maior importância o grau de homogeneidade e coerência, no seio das nações. Se, nestas, as condições intelectuais e morais se mostram desniveladas, a cultura política

apresenta altos e baixos, e a compreensão do fato político não é uniforme entre as várias camadas do povo.

Aí estarão as origens dos graves desencontros entre essas diferentes camadas, que poderão ser identificadas como de dirigentes e dirigidos, governantes e governados, ou entre os estratos cultos e incultos, os grupos intelectualizados e a multidão dos pobres de espírito.

ELITES E MASSAS

Numa divisão amplíssima, que reputamos demasiado grosseira para oferecer uma idéia menos obscura do que realmente se passa nesse terreno tão vasto e cheio de tropeços, tem-se convencionado grupar o todo nacional em elites e massas.

Que seriam, a rigor, as elites? E as massas? Dizer que as primeiras reúnem, por exemplo, os grupos que eventualmente detêm os postos de direção governamental, seria restringir enormemente o conceito. E, nesse caso, já não se trataria de dirigentes e dirigidos, no sentido estrito de governo e povo, governantes e governados.

Ampliando o entendimento do termo elite, poderemos estendê-lo a outros grupos, àqueles que, mediante mais cuidada formação intelectual e moral, desempenham papel destacado na formulação e equacionamento dos problemas de toda ordem que interessam a fundo à nação. Entretanto, êsses grupos podem figurar ou não na direção política do país. Elementos numerosos aí incluídos podem permanecer à margem dessa direção, dela não participando, e ao mesmo tempo podem também não pertencer a um outro estrato que, direta ou indiretamente, tem influído na conduta e orientação dos dirigentes políticos, ou seja, os que detêm o chamado poder econômico.

Tudo isso será, então, elite? E, neste caso, que será a massa? Naturalmente, e por exclusão, será o resto, o que não estiver catalogado nesses estratos.

Parece-nos mais lógico, dadas essas dificuldades de chegarmos a uma conceituação mais precisa e clara, considerar como elite as camadas de mais cuidada formação intelectual, e, não nos esqueçamos, também moral, enquanto as massas, nesse entendimento, integram o restante do todo nacional.

Assim, no plano da cultura política, caberá às elites interpretar o sentimento das massas, seus anseios e suas aspirações, tantas vezes inarticulados e correspondendo a impulsos mais instintivos do que racionais. Se as elites falham nessa missão, teremos nisso uma indicação, talvez a mais segura, de sua incapacidade. E logo tem início o processo de sua substituição.

Aquilo que chamamos cultura política terá de comportar uma identidade de compreensão entre elites e massas, as primeiras captando o verdadeiro sentir destas últimas e dando-lhes conteúdo ideológico. Dessa simbiose resulta o fortalecimento do poder nacional tanto no campo político como no psico-social, com reflexos positivos, necessariamente, nos demais campos.

O FENÔMENO DA POLITIZAÇÃO

Torna-se oportuno aludir a um fenômeno que se vem fazendo sentir e que se resume no comportamento das elites e das massas, estas atuando mais como massas do que as elites como elites. Nessas emergências, as massas se conduzem de maneira mais autêntica, como tais, do que as elites. Em outras palavras, as massas revelam consciência mais nítida, mais viva, do seu papel, enquanto as elites, não sabendo ou não querendo ir ao encontro dos interesses gerais, se mostram incapazes de enfrentar e resolver os problemas de sua época. A perplexidade daí decorrente tem dado lugar, não raro, ao aparecimento de falsos intérpretes dos anseios das massas, com perfis messiânicos e estigmas carismáticos.

Também merece referência outro fato igualmente comum a grande número de nações do nosso tempo, principalmente àquelas tidas como subdesenvolvidas. Um vocábulo novo surgiu para melhor caracterizar êsse fato. Refiro-me à politização das massas. Ao meu ver, o que é tido como politização não guarda similitude perfeita com o que denominamos cultura política.

Massa politizada não nos parece sinônimo de massa em que a cultura política tenha alcançado alto nível. Quando se diz que as massas, em determinado país, se apresentam

bastante politizadas, a impressão que de pronto nos assalta é de que essas massas se acham presas de um fanatismo político qualquer.

A politização, por si só, não significa capacidade de discernimento, sabedoria, serenidade na formulação de juízes, o que resultaria de certo grau de maturidade política, fruto, por sua vez, de uma cultura política sedimentada. Acredito seja ocioso referir exemplos. Eles aí estão suficientemente visíveis e claros.

A DEMISSÃO DAS ELITES

Voltando, porém, ao importante tema dos desencontros de sentimentos e aspirações, entre elites e massas, o que nos indica a experiência e uma observação fria dos fatos é que, quando isso ocorre, se manifestam logo os sinais de decadência das elites.

Nessa incapacidade de solucionar os problemas que lhe são apresentados, muitos dêles sob a forma de desafios, poder-se-á ver uma abdicação do próprio papel das elites por parte dos que as integram. A partir do momento em que se evidencia semelhante incapacidade, automaticamente passam elas a ser substituídas.

O processo de substituição pode assumir formas diversas. Pode assumir formas revolucionárias ou pode decorrer brandamente, de maneira menos ostensiva. Nos países de mais sólida estratificação social, nas sociedades tradicionalistas, de menor mobilidade, a transição, ou seja, essa substituição há-de exigir luta, não raro convulsões internas. Noutros, porém, inclusive nos que se acham em plena fase de desenvolvimento e onde a força das tradições não consegue impedir uma mobilidade social intensa, o acesso às posições de qualquer natureza, sejam as de mando político ou econômico, sejam as de projeção intelectual, se torna mais fácil, uma vez que se encontram abertos a todos os caminhos nessa direção.

Isso não quer dizer que a mobilidade social, só por si mesma, constitua um fator de enfraquecimento do poder nacional. Fenômeno próprio das nações novas, em processo de crescimento e expansão, essa mobilidade decorre também

da ausência de preconceitos, inclusive os de caráter racial — e nesse caso pode ter um sentido obviamente positivo.

CONCLUSÃO

Encaradas de maneira mais simples e objetiva as relações entre a educação e a cultura e o poder nacional, logo se evidencia a influência exercida sobre este pelas duas primeiras. Há, porém, estreita ligação entre os diferentes sistemas educacionais e um maior ou menor acúmulo de poder.

A identificação deste ou daquele sistema como o mais conveniente depende de condições peculiares a cada nação.

É também evidente a dependência do poder nacional das condições intelectuais e morais do meio social, bem como a importância, dentre os componentes do poder nacional, da cultura política no seio das elites e das massas.